



Texto para discussão

298

**Emprego e distribuição da
renda**

**Paulo Eduardo de A. Baltar
Jacqueline A. Souen
Guilherme C. de Souza Campos**

Maio 2017

Instituto de Economia
UNICAMP



Emprego e distribuição da renda¹

Paulo Eduardo de A. Baltar
Jacqueline A. Souen
Guilherme C. de Souza Campos

O propósito deste capítulo é caracterizar a geração de emprego e a evolução da renda do trabalho durante o crescimento com inclusão social que ocorreu na economia brasileira desde 2004 até 2013. Um aspecto marcante da geração de emprego e renda deste crescimento com inclusão social foi a forte ampliação do emprego formal acompanhado de expressivo aumento de poder de compra dos salários neste tipo de emprego.

O total de oportunidades para ocupar a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu muito menos do que o emprego formal. Revertendo o que vinha acontecendo desde a interrupção da industrialização, na década de 1980, durante o crescimento com inclusão social houve uma diminuição da participação na ocupação das pessoas, tanto dos trabalhos por conta própria, quanto dos empregos sem contrato de trabalho devidamente formalizado.

Na verdade, durante o crescimento com inclusão social, a População Ocupada (PO) aumentou em ritmo análogo ao da população com idade para trabalhar, mantendo-se a taxa de ocupação da População com Idade Ativa (PIA). A taxa de desemprego (relação entre o número de desempregados D e a PEA), entretanto, apresentou significativa redução. Como a taxa de ocupação da PIA (relação entre PO e PIA) pouco se modificou, toda a diminuição da taxa de desemprego pode ser atribuída à redução na taxa de participação (relação entre PEA e PIA).

A ampliação do total de oportunidades para ocupar a PEA ocorreu em um ritmo compatível com a intensidade do crescimento do PIB. O aspecto marcante do mercado de trabalho do crescimento com inclusão social não foi um aumento desproporcional do total de oportunidades ocupacionais, mas sim o forte crescimento do emprego formal (Baltar; Leone 2015). O crescimento do PIB desacelerou depois de 2008 e no conjunto do período 2003-2013 foi relativamente modesto para um país em desenvolvimento. No entanto, esse

(1) Este texto é uma versão preliminar de capítulo do livro coletivo “Para além da política econômica: crescimento, desaceleração e crise no experimento desenvolvimentista” em discussão no âmbito do Instituto de Economia da Unicamp.

crescimento prolongou-se por uma década, foi acompanhado de formalização da atividade econômica e dos contratos de trabalho e tudo isso ocorreu em um contexto de redução da participação da PIA na atividade econômica.

No crescimento com inclusão social o PIB por pessoa ocupada não teve evolução atípica. A peculiaridade do período foi que um crescimento moderado, mas continuado, e uma preocupação pública com a formalização da atividade econômica e dos contratos de trabalho levaram a um crescimento desproporcional do emprego formal e a um crescimento mais lento de outras posições na ocupação. Assim, o crescimento desproporcional do emprego formal não expressa lentidão do aumento da produtividade, mas sim formalização da atividade econômica e dos contratos de trabalho que, entretanto, ocorreu sem acelerar o ritmo de crescimento do PIB por pessoa ocupada e com muita importação de produtos manufaturados.

A renda média do trabalho (emprego formal, não formal e trabalho por conta própria), entretanto, aumentou com mais intensidade do que o PIB por pessoa ocupada, ampliando a parcela do trabalho na renda nacional que estava muito baixa em 2003, depois de ter diminuído com o modesto aumento do PIB depois de 1997 e queda da renda média das pessoas ocupadas com a desvalorização do real em 1999, 2001 e 2002. A parcela do trabalho na renda em 2013 era pouco maior do que a de 1997 e comparado com a de outros países de nível de renda *per capita* semelhante é relativamente baixa.

Para a dinâmica da renda da população ocupada pela atividade econômica, tão ou mais importante que a redução na taxa de desemprego foram as modificações ocorridas na posição das pessoas na ocupação (Baltar; Leone 2015). A formalização das atividades da economia e dos contratos de trabalho fez o emprego formal crescer mais que o total de oportunidades ocupacionais e modificou a maneira como a PEA foi absorvida pela atividade da economia. Uma parcela crescente da população começa a trabalhar mais tarde, encontra emprego formal em que ocupar-se e pode se manter nesses empregos quando a idade avança.

O ritmo de crescimento da PEA foi bem menor do que o do emprego formal, mas a parcela crescente da PEA absorvida pelo emprego formal diminuiu não somente os desempregados, mas também os ocupados em trabalho não remunerado, empregados sem carteira de trabalho e empregados domésticos. Além disso, adultos sem qualificação especial puderam permanecer no emprego formal, em vez de serem expulsos do mercado de trabalho como era habitual, sendo obrigados a montar negócio próprio sem qualquer chance de êxito nesses negócios.

As posições na ocupação têm diferentes distribuições de renda. O emprego formal tem remuneração média bem maior do que o emprego sem contrato de trabalho formalizado e o trabalho por conta própria. Já a dispersão relativa à média das remunerações do emprego formal é maior do que a das remunerações do emprego sem contrato formalizado, mas menor do que a das remunerações do trabalho por conta própria.

O forte aumento do emprego formal criou condições para uma expressiva elevação nominal dos salários deste tipo de emprego e a inflação mais baixa fez com que houvesse um aumento significativo do poder de compra desses salários. O aumento do poder de compra dos salários do emprego formal, entretanto, foi acompanhado de diminuição na dispersão desses salários relativa à média. Para essa diminuição da dispersão relativa das remunerações do emprego formal foram importantes o intenso aumento do valor do salário mínimo e os reajustes de salário das categorias profissionais maiores do que a inflação. Esses fatores institucionais pesaram na redução da dispersão dos salários, mas essa dispersão também foi afetada por uma geração de empregos formais concentrada no nível intermediário das remunerações, comparativamente aos empregos de maior remuneração. Essa modificação na distribuição dos empregos formais não reflete apenas o tipo de atividade que gerou os empregos formais, mas também a informalização de empregos de remuneração relativamente alta².

O aumento do salário médio do emprego formal foi menor do que o do salário médio do emprego não formal. Como se sabe, o efeito do aumento do valor do salário mínimo é maior sobre remunerações próximas do nível do salário mínimo (Saboia, 2010). O salário médio do emprego sem carteira de trabalho não é muito maior do que o salário mínimo e foi mais afetado pela elevação do salário mínimo do que o salário médio do emprego formal. Além disso, a informalização de empregos com remuneração de nível relativamente alto gerou empregos sem contrato formalizado ou trabalho por conta própria de remuneração relativamente alta. Isso contribuiu para acentuar o aumento do salário médio do emprego não formal e a renda média do trabalho por conta própria, que também aumentou mais do que o salário médio do emprego formal.

Como mencionado, o forte aumento do emprego formal em relação a um crescimento mais lento da PEA absorveu melhor as pessoas entrando na

(2) O aumento desproporcional dos empregos formais de remuneração intermediária reflete de um lado a formalização de atividades e contratos de trabalho de remunerações média e baixa, e de outro, a substituição de empregos formais por trabalho autônomo e de Pessoa Jurídica (PJ), em atividades de remuneração relativamente alta, visando esconder a relação de emprego e evitar os encargos trabalhistas.

atividade econômica e diminuiu a intensidade da expulsão de adultos do mercado de trabalho assalariado (Baltar; Leone 2015). Adultos sem qualificação especial puderam continuar no emprego formal e não foram obrigados a montar um negócio próprio de baixa renda. Assim, diminuiu a intensidade do aumento do número de trabalhadores por conta própria, aumentou o nível médio e diminuiu a dispersão de suas remunerações, apesar da intensidade do aumento dos trabalhos por conta própria de maior remuneração devido à informalização de empregos relativamente bem remunerados.

Embora tenham diminuído as diferenças de remuneração média por posição na ocupação, o salário médio do emprego formal continuou maior do que a renda média do trabalho por conta própria e o salário médio do emprego sem contrato formalizado. E o forte aumento do emprego formal, elevando sua participação na ocupação das pessoas, contribuiu direta e indiretamente para a elevação da renda do trabalho e para a diminuição das diferenças de renda entre os trabalhadores (Medeiros, 2015).

Em síntese, as principais tendências do mercado de trabalho no crescimento com inclusão social foram: a) o emprego formal cresceu mais do que o número total de pessoas ocupadas; b) a taxa de desemprego diminuiu não tanto pelo vigor do aumento do número de pessoas ocupadas, mas devido à diminuição no ritmo de crescimento da PEA, provocado principalmente pela redução na taxa de participação das pessoas na atividade econômica; c) a dinâmica demográfica e principalmente o adiamento da entrada na atividade econômica tem alterado a estrutura etária da PEA, reduzindo a proporção dos mais jovens, com implicações importantes para o mercado de trabalho; d) o aumento do valor do salário mínimo e os ganhos reais das negociações das categorias profissionais elevaram o poder de compra da renda do trabalho e reduziram a dispersão.

Na geração de emprego e renda do crescimento com inclusão social se destacou a formalização da atividade econômica e dos contratos de trabalho. As razões para essa formalização vão desde o crescimento mais forte e continuado da economia, passando pelo maior cuidado das autoridades para com essa formalização – visando aumentar a arrecadação de impostos e contribuições sociais para lograr as metas de superávit primário –, até um tratamento tributário e contributivo diferenciado para os pequenos negócios (SIMPLES), com o objetivo de estimular sua formalização. Dada sua importância para o comportamento geral da renda do trabalho, este capítulo centra a análise na evolução do emprego formal, considerando como tal os

vínculos de emprego registrados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Nessa definição, então, são formais todos os empregos em estabelecimento que realiza atividade econômica e tem estruturação formal suficiente para proporcionar as informações da RAIS. Uma maneira alternativa de definir o emprego formal considera o emprego de estabelecimento (excluído o trabalho contratado pelas famílias para realizar serviço doméstico remunerado) sempre que o empregado seja contratado segundo a CLT ou como militar ou servidor, de acordo com o Estatuto do Servidor Público, tal como aferido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Em 2003, as duas definições proporcionaram números parecidos para o total do emprego formal. No período 2003-2013, entretanto, o crescimento do emprego da RAIS foi significativamente maior do que o do emprego formal medido pela PNAD. A discrepância deve-se, fundamentalmente, ao surgimento de novas formas de contratação de pessoal que fez o aumento da atividade da economia entre 2003 e 2013 gerar empregos com características que dificultaram a autotranscrição na PNAD. Esses empregos com nova forma de contratação aparecem na RAIS, mas na PNAD as pessoas com esses empregos se classificam como empregados sem carteira ou trabalhadores por conta própria. O intenso crescimento do emprego RAIS, então, reflete basicamente três fenômenos: o simples aumento de cobertura da RAIS; a crescente estruturação formal dos estabelecimentos que realizam atividade econômica e o surgimento de novas formas de contratação de pessoal, que fazem uma parte dos empregos da RAIS aparecerem na PNAD como outras posições na ocupação.

Este capítulo, então, centra a análise no emprego e na remuneração dos vínculos registrados pela RAIS, comparando os anos 2003, 2008 e 2013. O emprego da RAIS costuma aumentar expressivamente desde o início do ano até setembro e diminuir significativamente nos três últimos meses do ano. Isso dificulta a avaliação do impacto da crise mundial sobre o emprego formal usando a informação da RAIS normalmente divulgada, que se refere a 31 de dezembro. A crise mundial começou a afetar a economia brasileira no último trimestre de 2008. A queda do PIB foi expressiva nos três últimos meses de 2008 e continuou a diminuir ao longo de 2009, mas houve uma rápida recuperação da atividade a partir do último trimestre de 2009, sem retornar a um crescimento tão vigoroso como o observado em entre 2006 e 2008. No conjunto do subperíodo 2008-2013, a taxa média de crescimento do PIB foi cerca de metade da verificada em entre 2003 e 2008 (4,8% e 2,6%,

respectivamente). A desaceleração do crescimento do PIB, no entanto, foi acompanhada de desaceleração bem menor no crescimento do emprego formal (6,3% e 4,1%, respectivamente, medindo o emprego no mês de setembro). A relação entre as taxas de crescimento do PIB e do emprego formal aumentou de 1,31 para 1,58, consequência da desaceleração do PIB ter sido muito maior do que a do emprego formal. Nos dois subperíodos, portanto, a geração de emprego formal foi muito intensa em comparação ao crescimento do PIB. O crescimento da ocupação total também desacelerou, mas continuou o aumento da participação do emprego formal na ocupação das pessoas. A desproporção entre a atividade econômica e a geração de emprego formal, entretanto, aumentou com a desaceleração do crescimento do PIB.

Os processos de aumento da cobertura da RAIS, de formalização das atividades da economia e dos contratos de trabalho e do surgimento de novas maneiras de contratar a força de trabalho continuaram provocando intenso aumento do emprego RAIS, apesar da desaceleração do crescimento da economia. A comparação do que ocorreu com esse emprego e a remuneração, por atividade da economia e tipo de ocupação, nos dois subperíodos (2003-2008, 2008-2013) ajuda a pôr em evidência os efeitos imediatos da crise mundial sobre o desempenho da economia brasileira e a geração de emprego e renda³. O crescimento com inclusão social, entretanto, terminou em 2013 e desde meados de 2014 vem diminuindo o ritmo de atividade da economia brasileira.

1 O emprego da RAIS entre 2003 e 2013

O PIB aumentou 43,9% no período 2003-2013, um crescimento médio anual de 3,7%. A RAIS apontou um aumento do emprego formal de 66,4%, ou 5,2% ao ano. Esse intenso aumento do emprego formal (passou de 30 milhões para 49,9 milhões de vínculos) ocorreu com expressiva elevação do nível das remunerações e diminuição de sua dispersão relativa, contribuindo fundamentalmente para a elevação do nível de renda da população, com redução da desigualdade, sendo um aspecto fundamental do caráter socialmente inclusivo do crescimento da economia verificado naquele período. Esse caráter inclusivo do crescimento da economia foi uma novidade no Brasil, onde aumentos expressivos na renda da população costumavam ser acompanhados de aumento na desigualdade.

(3) A análise da evolução do emprego RAIS por setor de atividade e tipo de ocupação foi realizada na Dissertação de Mestrado de Guilherme Caldas de Souza Campos e está sendo aprofundada na Tese de Doutorado de Jacqueline Aslan Souen.

O salário médio nominal dos empregos da RAIS em 31 de dezembro aumentou 121% entre 2003 e 2013 (passou de R\$ 985,30 para R\$ 2177,60). A inflação medida pelo INPC foi de 69,2%. Portanto, houve um aumento de 30,6% no poder de compra do salário médio dos empregos da RAIS, o que equivale a um aumento médio anual de 2,7%. O desvio padrão dos salários no entorno da média aumentou 99,7%, ou 18% descontada a inflação, aumento bem menor do que o da média dos salários, fazendo o coeficiente de variação diminuir de 1,57 para 1,42. Ou seja, o desvio padrão era 57% maior do que a média em 2003. A média aumentou expressivamente entre 2003 e 2013, muito mais do que o desvio padrão, mas, em 2013, a desigualdade salarial era ainda muito grande, pois o desvio padrão dos salários de todos os empregos da RAIS continuava bem maior do que a média, porém, 42% maior e não 57%, como em 2003.

Em suma, a forte expansão do emprego formal foi acompanhada de aumento no poder de compra do salário médio desses empregos e houve significativa redução da dispersão relativa dos salários no entorno da média. Não obstante, o nível salarial médio estava muito baixo em 2003, tendo diminuído com o elevado desemprego e o aumento da inflação ocorridos no Brasil depois da crise da Ásia em 1997, e a dispersão dos salários dos empregos da RAIS ainda continuava muito grande em 2013.

Assim, o crescimento com inclusão social caracterizou-se pela elevada intensidade do crescimento do emprego formal. O fato deste intenso crescimento do emprego formal ter ocorrido com aumento no poder de compra dos salários, especialmente os de nível inferior, foi também importante, mas o aumento do poder de compra do salário médio do emprego formal não foi desproporcional ao crescimento do PIB e não parece razoável atribuir a esse aumento de poder de compra dos salários as dificuldades para a continuação do crescimento com inclusão social.

No crescimento com inclusão social a ocupação total não cresceu desproporcionalmente ao PIB e o aumento de renda das outras posições na ocupação foi maior do que a elevação do salário médio do emprego formal. Houve aumento da parcela total do trabalho na renda nacional, mas apenas se restaurou o nível anterior à queda observada depois da crise da Ásia. Não obstante, o crescimento com inclusão social encontrou dificuldades para sua continuidade, principalmente depois do país ser atingido pela crise global em 2008. O PIB tinha crescido no ritmo anual de 6% desde o final de 2006 até o penúltimo trimestre de 2008, mas seu crescimento desacelerou desde então até meados de 2014, quando começou a diminuir.

O consumo aumentou com muita importação de bens manufaturados, especialmente os de alto conteúdo tecnológico e elevada elasticidade renda da demanda. O boom de commodities e a entrada de capital mantiveram o balanço de pagamentos relativamente equilibrado e a valorização da moeda nacional contribuiu para as mudanças de preços relativos implícitas na alteração da distribuição de renda verificada. A continuidade do crescimento com inclusão social sem o boom de commodities e a alta liquidez internacional, que se verificou no início dos anos 2000, exigiria um esforço de investimento muito maior para compensar com aumento de produtividade uma eventual reversão da melhora nos termos de troca no comércio com outros países, que efetivamente ocorreu após 2011. A reconstituição de algumas das cadeias domésticas de produção, necessária para diminuir o ritmo da importação de bens manufaturados de uso intermediário, envolveria complexos problemas de definição de margens de lucro no interior dessas cadeias. No entanto, as dificuldades se ampliaram enormemente com a crise global e a acentuação da concorrência internacional nos mercados de bens manufaturados, com a queda da atividade econômica nos países desenvolvidos e o aumento de capacidade ociosa mundial. Nessas circunstâncias torna-se muito mais difícil articular os investimentos necessários para dar continuidade ao crescimento com inclusão social, com mais exportação e menos importação de bens manufaturados.

1.1 Emprego formal no crescimento acelerado 2003-2008.

O ritmo de crescimento do emprego medido pela RAIS foi muito intenso entre 2003 e 2008. A desproporcionalidade da ampliação do emprego da RAIS em relação ao aumento da atividade da economia foi particularmente marcante nos setores Indústria Extrativa, Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio e Reparação, Alojamento e Alimentação, Transporte, Armazenagem e Comunicação, Atividades Imobiliárias, Serviços para Empresas e Educação Não Pública. O conjunto desses setores de atividade gerava 60,3% do emprego da RAIS em 2003 e respondeu por 74,4% do aumento desse tipo de emprego ocorrido entre 2003 e 2008 (Tabela 1). A maioria desses setores não concorre diretamente com a produção de outros países, mas mesmo em setores onde essa concorrência ocorre e houve muita importação, o aumento da demanda pelos produtos dessas atividades foi muito forte, provocando intensa ampliação do emprego e importação, principalmente de bens de uso intermediário e de capital.

Emprego e distribuição da renda

Tabela 1
Evolução do emprego formal por setor de atividade, 2003 a 2008

Setores de atividade ²	Participação no total (%) ¹		Contribuição (%) 2003/2008	Variação (%) 2003/2008
	2003	2008		
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca ³	4,8	4,2	2,7	20,2
Indústrias extrativas	0,4	0,5	0,8	70,2
Indústrias de transformação	17,9	18,4	19,9	40,0
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,7	0,6	0,3	15,4
Construção	3,6	5,0	8,7	85,7
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	16,7	17,7	20,2	43,3
Alojamento e alimentação	2,9	3,2	3,9	48,2
Transporte, armazenagem e comunicações	4,9	4,9	5,0	36,3
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	1,9	1,8	1,5	28,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	10,7	11,0	11,8	39,8
Administração pública, defesa e seguridade social	24,0	21,9	16,1	24,1
Educação	3,2	3,4	4,1	45,3
Saúde e serviços sociais	3,9	3,6	2,7	25,3
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas ⁴	0,4	0,3	0,3	27,4
Atividades associativas ⁴	2,5	2,2	1,1	15,6
Atividades recreativas, culturais e desportivas ⁴	0,9	0,8	0,4	13,9
Serviços sociais e pessoais ⁴	0,4	0,4	0,3	27,8
Outros ⁵	0,0	0,0	0,1	52,3
Total	100,0	100,0	100,0	35,9

1. Cálculo baseado nos estoques dos meses de setembro de cada ano.

2. Para setores de atividade utilizado CNAE 95 Seção.

3. O Setor de atividade “Agropecuária” agrega o setor “Pesca”.

4. Os setores de atividade “Limpeza urbana e esgoto e atividade relacionadas”, “Atividades associativas”, “Atividades recreativas, culturais e desportivas” e “Serviços sociais e pessoais” são a desagregação do setor “Outros serviços coletivos, sociais e pessoais”, conforme a CNAE 95 Divisão.

5. O Setor de atividade “Outros” agrega os setores “serviços domésticos”, “Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais” e a categoria “não classificados”.

Fonte: RAIS - MTE. Elaboração própria.

A Indústria de Transformação é o caso mais interessante de setor de atividade que concorre com a produção de outros países e teve forte ampliação de emprego da RAIS entre 2003 e 2008. A valorização do real que ocorreu no período afetou expressivamente a produção doméstica da indústria de transformação. A exportação de produtos manufaturados foi prejudicada por essa valorização, que também contribuiu para que ocorresse um crescimento muito intenso da importação de produtos manufaturados. A importação de bens manufaturados de uso final prejudicou fortemente o emprego na produção doméstica da indústria de transformação, mas a importação de bens de capital e de bens de uso intermediário teve efeito contraditório sobre o emprego da indústria de transformação. No contexto de um forte aumento da demanda doméstica de bens de uso final da indústria de transformação, a intensa importação de bens de capital e de uso intermediário foi compatível com a forte ampliação do emprego na Indústria de Transformação. Segundo a RAIS, o emprego na Indústria de Transformação aumentou 7% ao ano no período 2003-2008.

A desagregação da Indústria de Transformação por ramo de produção mostra que em muitos desses ramos foi muito forte a ampliação do emprego formal registrado pela RAIS, pois esse emprego cresceu tanto ou mais do que o emprego no conjunto da Indústria de Transformação. Devem ser destacados os ramos Produção de Alimentos e Bebidas, de Artigos do Vestuário, de Produtos Químicos (inclusive o Refino de Petróleo e a Produção de Álcool), de Artigos de Borracha e Plástico, de Produtos de Metal, de Máquinas e Equipamentos, de Máquinas de Escritório e Equipamentos de Informática, de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos, de Material Eletrônico, de Aparelhos e Equipamentos de Comunicação, de Equipamentos e Instrumentos de uso Hospitalar, de Precisão e de Automação Industrial, na Fabricação de Veículos Automotores e de Outros Equipamentos de Transporte e na Reciclagem (Tabela 2). Esses ramos geraram 63,1% do emprego da Indústria de Transformação em 2003 e responderam por 81,5% da ampliação do emprego nesse setor de atividade em 2003-2008. Esses ramos industriais elaboram bens de consumo duráveis e não duráveis, bens de capital e bens de uso intermediário. A demanda por esses produtos, principalmente a de bens de capital, cresceu tão fortemente em 2007 e 2008 que a produção doméstica e o emprego se ampliaram intensamente, provocando também forte aumento de bens de uso intermediário sofisticados, usados para produzir os bens de capital.

Tabela 2

Evolução do emprego formal conforme subsetores da indústria de transformação, 2003 a 2008

Subsetores da Indústria de Transformação ¹	Participação no total (%) ²		Contribuição (%) 2003/2008	Variação (%) 2003/2008
	2003	2008		
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	20,0	20,9	23,2	46,3
Fabricação de produtos do fumo	0,3	0,2	0,1	13,4
Fabricação de produtos têxteis	5,3	4,7	3,1	23,4
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	8,5	8,5	8,6	40,6
Confeção de artigos de couro ³	6,7	5,7	3,2	19,0
Fabricação de produtos de madeira	4,4	2,9	-0,9	-7,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2,3	2,2	2,0	34,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	3,5	3,1	2,0	23,1
Fabricação de combustíveis e produtos químicos ⁴	7,0	7,0	7,0	39,9
Fabricação de artigos de borracha e plástico	5,4	5,8	6,8	50,8
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	5,3	4,9	3,8	28,6
Metalurgia básica	3,7	3,6	3,1	33,5
Fabricação de produtos de metal exceto máquinas e equipamentos	6,1	6,7	8,3	54,7
Fabricação de máquinas e equipamentos	5,3	6,5	9,5	71,1
Informática e equip. de escritório ⁵	0,4	0,6	1,2	119,5
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,3	2,6	3,5	62,7
Fabricação de material eletrônico ⁶	1,2	1,2	1,2	39,6
Equipamentos de precisão ⁷	0,7	0,8	1,1	59,1
Fabricação de automóveis ⁸	5,3	6,1	8,0	60,3
Fabricação de outros equipamentos de transporte	0,9	1,4	2,4	101,1
Fabricação de móveis e indústrias diversas	5,1	4,2	2,1	16,4
Reciclagem	0,3	0,4	0,7	105,1
Total	100,0	100,0	100,0	40,0

1. Setor da Indústria de Transformação desagregado conforme subsetores da CNAE 95 - Divisão.

2. Cálculo baseado nos estoques dos meses de setembro de cada ano.

3. Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

4. Agrega as categorias "Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool" e "Fabricação de produtos químicos".

5. Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática

6. Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

7. Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetro

8. Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

Fonte: RAIS - MTE. Elaboração própria.

A intensa ampliação da demanda doméstica por bens e serviços de uso final, portanto, aumentou o emprego formal em todos os setores da economia brasileira, mesmo naqueles que concorrem com a produção de outros países. A geração de oportunidades para ocupar a população foi expressiva, mas o crescimento do emprego formal foi muito maior, em consequência da formalização da atividade econômica e dos contratos de trabalho. A crise global, entretanto, repercutiu na economia brasileira. O ritmo de ampliação da demanda de bens e serviços diminuiu e afetou a geração de oportunidades para ocupar a população. Os setores de atividade com maior exposição à concorrência da produção de outros países, especialmente aqueles em que mais reduziu o crescimento da demanda por seus produtos, foram os responsáveis pela desaceleração no aumento das oportunidades para ocupar a população entre 2008 e 2013. Os setores menos expostos à concorrência de outros países também desaceleraram o aumento das oportunidades para ocupar a população, mas a desaceleração foi muito menor e esses setores de atividade foram os principais responsáveis por ter havido alguma ampliação no total de oportunidades para ocupar a população entre 2008 e 2013. Como mencionado, neste período o PIB cresceu em ritmo médio quase metade do verificado entre 2003 e 2008. Isso afetou fortemente a geração de oportunidades para ocupar a população, mas continuou a formalização das atividades econômicas e dos contratos de trabalho e a desaceleração do crescimento do emprego medido pela RAIS foi muito menor do que a do crescimento do PIB e do total de oportunidades para ocupar a população.

1.2 Emprego formal na desaceleração do crescimento 2008-2013

A demanda de bens e serviços de uso final passou a crescer em ritmo cada vez menor entre 2008 e 2013. O consumo desacelerou, mas a exportação e principalmente o investimento, foram muito abalados pela maneira como a economia brasileira reagiu aos desdobramentos da crise global. O emprego formal foi afetado, mas o crescimento médio anual de 4,1% do emprego registrado pela RAIS nos meses de setembro, para um crescimento do PIB de somente 2,6% ao ano, entre 2008 e 2013, indica a continuidade da formalização da atividade econômica e dos contratos de trabalho, apesar da desaceleração na expansão da demanda de bens e serviços.

Entre 2008 e 2013, o emprego formal registrado pela RAIS somente diminuiu, e muito pouco, em Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Pesca e em Atividades Associativas (Tabela 3). O crescimento do emprego RAIS foi relativamente pequeno (menos ou próximo do ritmo de crescimento do PIB) em Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água, Indústria de Transformação, Administração Pública, Defesa e Seguridade

Social, Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados. Somados, esses setores, onde o emprego RAIS ou não cresceu ou cresceu relativamente pouco, responderam por 42,7% desses empregos em 2008 e somente 21,2% da ampliação dos empregos RAIS entre 2008 e 2013. Os setores responsáveis pelo expressivo crescimento do emprego RAIS entre 2008 e 2013 foram Construção Civil, Alojamento e Alimentação, Atividades Imobiliárias, Alugueis e Serviços Prestados às Empresas, Saúde e Serviços Sociais Não Públicos, Transporte, Armazenagem e Comunicação, Limpeza Urbana, Esgoto e Atividades Relacionadas, Atividades Recreativas, Culturais e Esportivas, Educação Não Pública, Comércio e Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos e Indústria Extrativa. Esses setores, que respondiam por 54,9% do emprego RAIS de 2008, responderam por 79,0% da ampliação desses empregos entre 2008 e 2013. A Indústria de Transformação foi o único setor entre os que tiveram crescimento do emprego maior do que o total da RAIS entre 2003 e 2008 que passou a ter crescimento do emprego menor do que o do total da RAIS entre 2008 e 2013. Por outro lado, a geração de emprego formal foi igual ou mais intensa entre 2008 e 2013 do que entre 2003 e 2008 em Transporte e Comunicação, Serviços para Empresas, Saúde Não Pública, Limpeza Urbana e Esgoto, Recreação, Cultura e Esportes e Serviços Pessoais.

A desaceleração do emprego RAIS, entretanto, não pode ser atribuída exclusivamente à Indústria de Transformação, pois a desaceleração também foi intensa no emprego de setores como Extração Mineral, Serviços de Utilidade Pública, Construção, Comércio, Finanças, Administração Pública, Educação Não Pública e Entidades Associativas. Não obstante, a desaceleração do emprego industrial contribuiu marcadamente para a desaceleração do emprego da RAIS, depois de 2008.

A Indústria de Transformação que tinha ampliado o emprego RAIS em 7% ao ano entre 2003 e 2008 reduziu o ritmo para 1,9% entre 2008 e 2013. Dentro da Indústria de Transformação, o emprego RAIS diminuiu somente nos ramos Fabricação de Produtos Têxteis, Preparação de Couro e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados, Fabricação de Produtos de Madeira e Metalurgia Básica (Tabela 4). Porém, foi expressivo o crescimento do emprego RAIS (maior do que o ritmo de crescimento do PIB) somente em Fabricação de Produtos de Minerais Não Metálicos (basicamente materiais de construção), em Fabricação de Máquinas e Equipamentos, em Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico Hospitalar, Instrumentos de Precisão e Ópticos, Equipamentos para Automação Industrial e Cronômetros, em Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte e em Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas. Esses ramos, onde o emprego RAIS cresceu

expressivamente, geraram 17,8% do emprego RAIS da Indústria de Transformação em 2008, mas responderam por 46,8% da ampliação do emprego RAIS da Indústria de Transformação entre 2008-2013.

Tabela 3
Evolução do emprego formal por setor de atividade, 2008 a 2013

Setores de atividade ²	Participação no total (%) ¹		Contribuição (%)	Varição (%)
	2008	2013	2008/2013	2008/2013
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal e pesca ³	4,2	3,3	-0,6	-3,3
Indústrias extrativas	0,5	0,5	0,6	26,7
Indústrias de transformação	18,4	16,5	7,8	9,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,6	0,5	0,2	8,2
Construção	5,0	6,0	10,8	48,9
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	17,7	18,7	23,2	29,6
Alojamento e alimentação	3,2	3,6	5,5	38,5
Transporte, armazenagem e comunicações	4,9	5,5	8,0	36,3
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	1,8	1,7	1,3	15,6
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	11,0	12,4	18,5	38,0
Administração pública, defesa e seguridade social	21,9	20,1	11,9	12,2
Educação	3,4	3,7	4,9	31,9
Saúde e serviços sociais	3,6	4,0	5,9	36,9
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas ⁴	0,3	0,4	0,5	33,0
Atividades associativas	2,2	1,8	-0,1	-0,7
Atividades recreativas, culturais e desportivas	0,8	0,8	1,1	32,0
Serviços sociais e pessoais	0,4	0,4	0,5	28,7
Outros ⁵	0,0	0,0	-0,1	38,9
Total	100,0	100,0	100,0	22,5

1. Cálculo baseado nos estoques dos meses de setembro de cada ano.
2. Para setores de atividade utilizado CNAE 95 Seção.
3. O Setor de atividade “Agropecuária” agrega o setor “Pesca”.
4. Os setores de atividade “Limpeza urbana e esgoto e atividade relacionadas”, “Atividades associativas”, “Atividades recreativas, culturais e desportivas” e “Serviços sociais e pessoais” são a desagregação do setor “Outros serviços coletivos, sociais e pessoais”, conforme a CNAE 95 Divisão.
5. O Setor de atividade “Outros” agrega os setores “Serviços domésticos”, “Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais” e a categoria “Não classificados”.

Fonte: RAIS – MTE. Elaboração própria

O emprego RAIS continuou crescendo fortemente nos ramos da Indústria de Transformação que atendem uma demanda que continuou crescendo fortemente em 2008-2013. A desaceleração da demanda repercutiu no emprego RAIS da Indústria de Transformação, mas sua ampliação em um ritmo de 1,9% ao ano, sem aumento significativo da produção total de bens manufaturados, mostra a importância da formalização das atividades e dos contratos de trabalho, bem como da diminuição do número de estabelecimentos que simplesmente não respondiam o questionário da RAIS, apesar de dispor de estruturação formal, mesmo em um setor de atividade já tão formalizado como a Indústria de Transformação.

Tabela 4

Evolução do emprego formal conforme subsectores da indústria de transformação, 2008 a 2013

Subsetores da Indústria de Transformação ¹	Participação no total (%) ²		Contribuição (%) 2008/2013	Variação (%) 2008/2013
	2008	2013		
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	20,9	20,3	13,4	6,1
Fabricação de produtos do fumo	0,2	0,2	0,0	0,5
Fabricação de produtos têxteis	4,7	4,2	-0,5	-1,0
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	8,5	8,6	8,9	10,0
Confeção de artigos de couro ³	5,7	5,2	-0,7	-1,2
Fabricação de produtos de madeira	2,9	2,4	-3,1	-10,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2,2	2,2	2,3	10,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	3,1	2,8	0,3	0,9
Fabricação de combustíveis ⁴	7,0	7,2	8,9	12,3
Fabricação de artigos de borracha e plástico	5,8	5,6	3,9	6,5
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	4,9	5,6	13,2	26,0
Meturgia básica	3,6	3,1	-1,7	-4,6
Fabricação de produtos de metal exceto máquinas e equipamentos	6,7	6,8	7,7	11,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	6,5	7,4	15,9	23,4
Informática e equip. de escritório ⁵	0,6	0,6	0,7	10,2
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,6	2,8	4,2	15,4
Fabricação de material eletrônico ⁶	1,2	1,1	0,1	1,0
Equipamentos de precisão ⁷	0,8	1,0	2,7	31,5
Fabricação de automóveis ⁸	6,1	6,2	8,0	12,6
Fabricação de outros equipamentos de transporte	1,4	1,7	4,9	34,3
Fabricação de móveis e indústrias diversas	4,2	4,7	10,1	23,0
Reciclagem	0,4	0,4	0,7	16,3
Total	100,0	100,0	100,0	9,6

1. Setor da Indústria de Transformação desagregado conforme subsectores da CNAE 95 - Divisão.

2. Cálculo baseado nos estoques dos meses de setembro de cada ano.

3. Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

4. Agrega as categorias "Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool" e "Fabricação de produtos químicos".

5. Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática

6. Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

7. Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetro

8. Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

Fonte: RAIS - MTE. Elaboração própria.

2 Os empregos formais gerados na aceleração e desaceleração do crescimento

Para avaliar os empregos RAIS gerados na aceleração e desaceleração do crescimento com inclusão social foi utilizada uma agrupação dos 44 subgrupos principais da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 2002. Foram identificadas quatro categorias de subgrupos principais em função do salário médio em dezembro de 2013 (Tabela 5). Na categoria A, de maior salário médio, foram incluídos todos os quatro subgrupos principais do grande grupo Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas e Gerentes, além de cinco dos sete subgrupos principais do grande grupo Profissionais das Ciências e das Artes. Os outros dois subgrupos principais do grande grupo Profissionais das Ciências e das Artes foram incluídos na categoria B, junto com cinco dos oito subgrupos principais do grande grupo Técnicos de Nível Médio, além de um dos cinco subgrupos principais do grande grupo Trabalhadores na Produção de Bens e Serviços Industriais Processos Contínuos, um dos três subgrupos principais do grande grupo Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção e o grande grupo Membros das Forças Armadas Policiais e Bombeiros Militares.

Tabela 5
Grupos de categorias ocupacionais de subgrupos principais definidos pelo salário médio em dezembro de 2013

Categoria	Quantidade de categorias ocupacionais	Média de vínculos ¹	Participação dos vínculos (%)	Salário médio (número índice)	Salário médio ²
A	9	286	10,1	249,5	8,0
B	10	426	13,1	149,5	4,8
C	12	674	26,5	95,4	3,1
D	13	1125	50,2	59,4	1,9
Total	44	671	100,0	100,0	3,2

1. Em milhares

2. Em salários mínimos

Fonte: RAIS-TEM. Elaboração própria.

As categorias A e B têm salários médios bem maiores do que a média geral dos empregos da RAIS e as duas abarcavam 23,2% desses empregos em 31 de dezembro de 2013. As outras duas categorias de subgrupos principais (C

e D) têm salários médios inferiores à média geral da RAIS e somadas abarcavam 76,7% do emprego em 31 de dezembro de 2013 (Tabela 5). Essa composição dos empregos RAIS por categoria de subgrupos principais reflete bastante bem a distribuição dos empregos RAIS por nível salarial, pois quase 70% dos empregos RAIS tem remuneração inferior à média geral, expressando a enorme assimetria da distribuição de salários do emprego formal (Tabela 6). Isso transparece na grande diferença entre a média e a mediana. O salário médio dos empregos RAIS supera a mediana em 47,2% (Tabela 8).

A alta proporção de empregos RAIS com remuneração menor do que a média, traduzindo a elevada assimetria da distribuição dos salários do emprego formal, está relacionada com a elevada participação das categorias ocupacionais de baixos salários médios (D e C) na geração desses empregos. Mesmo assim, na categoria A, de maior salário médio, mais de 30% dos empregos têm remuneração menor que a média dos empregos da RAIS e, na categoria D, pouco menos de 10% tem remuneração maior do que a média dos empregos da RAIS (Tabela 6).

Como mencionado, as duas categorias de subgrupos principais de maiores salários médios são formadas por ocupações de direção e profissionais com educação de nível superior, boa parte das ocupações técnicas de nível médio de educação e uma minoria de ocupações manuais da produção de bens e serviços industriais. Já as duas categorias de subgrupos principais de menores salários médios são formadas por uma minoria de ocupações técnicas de nível médio, a maioria das ocupações manuais da produção de bens e serviços industriais e todas as ocupações de serviços de apoio administrativo, de prestação de serviços, de vendas e de trabalho na agropecuária, extração florestal e pesca.

A categoria C é formada pelos três dos oito subgrupos principais do grande grupo Técnicos de Nível Médio que não foram incluídos na categoria B, por um dos dois subgrupos principais do grande grupo Trabalhadores de Serviços Administrativos, por um dos quatro subgrupos principais do grande grupo Trabalhadores Agropecuários, de Florestas e de Pesca, por três dos oito subgrupos principais do grande grupo Trabalhadores na Produção de Bens e Serviços Industriais Processos Discretos, por três dos cinco subgrupos principais do grande grupo Trabalhadores na Produção de Bens e Serviços

Industriais Processos Contínuos e por um dos três subgrupos principais do grande grupo Serviços de Reparação e Manutenção.

Finalmente, a categoria D é formada pelos demais subgrupos principais de menores salários médios. Fazem parte desta categoria um dos dois subgrupos principais do grande grupo Trabalhadores de Serviço Administrativo, os dois subgrupos principais do grande grupo Trabalhadores de Serviços, Vendedores de Comércio em Lojas e Mercados, três dos quatro subgrupos principais do grande grupo Trabalhadores Agropecuários, de Floresta e de Pesca, por cinco dos oito subgrupos principais do grande grupo Trabalhadores na Produção de Bens e Serviços Industriais Processos Discretos, um dos cinco subgrupos principais do grande grupo Trabalhadores na Produção de Bens e Serviços Industriais Processos Contínuos e um dos três subgrupos principais do grande grupo Serviços de Reparação e Manutenção.

Assim, a categoria de menor salário médio é formada basicamente por ocupações agrícolas, de prestação de serviços, de vendas e de produção de bens processos discretos. Somente uma minoria dessas ocupações está na outra categoria de baixo salário médio junto com as ocupações técnicas pior remuneradas e as ocupações manuais na produção de bens e processos contínuos. As ocupações de serviço administrativo e de reparação e manutenção estão repartidas pelas duas categorias de subgrupos principais de menor remuneração.

Nota-se que existe uma relação inversa entre o número médio de vínculos de emprego dos subgrupos principais e o nível salarial das categorias desses subgrupos, refletindo o caráter ocupacional e setorialmente mais especializado desses subgrupos principais melhor remunerados. O número médio de vínculos de emprego em 31 de dezembro de 2013 vai de um milhão cento e vinte cinco mil nos subgrupos principais da categoria D a duzentos e oitenta e seis mil nos subgrupos principais da categoria A. As quatro categorias ocupacionais tem número semelhante de subgrupos principais, mas a categoria D representa metade dos empregos da RAIS e a categoria A somente 10%.

As diferenças de salários médios das categorias de subgrupos principais são enormes. O salário médio da categoria C é 60% maior que o da categoria D, enquanto o salário médio da categoria B supera em 56,7% o da categoria C e, por sua vez, é superado em 66,7% pelo salário médio da categoria A. Não obstante, as categorias de subgrupo principal descrevem muito parcialmente a

verdadeira intensidade das diferenças salariais do emprego RAIS, porque são muito grandes as diferenças de salários dentro dos subgrupos principais. A dispersão salarial dos empregos RAIS é tão grande que dificulta a avaliação desses empregos usando uma classificação de ocupações. A dispersão dos salários médios das categorias de subgrupos principais representa somente 17% da dispersão total dos salários dos empregos RAIS. Ou seja, a média das dispersões de salários dentro das categorias equivale a 83% da dispersão salarial total dos empregos RAIS. Para uma melhor descrição das diferenças de salários, em termos de classes homogêneas de ocupação, seria necessário trabalhar com um nível muito mais alto de desagregação da classificação de ocupações e incorporar outras variáveis além da ocupação, como setores de atividade, tamanhos de estabelecimento, regiões do país e tipos de empregador.

A enorme dispersão salarial dentro dos subgrupos principais fica evidente na distribuição dos empregos por faixas de salário mínimo em cada categoria de subgrupos principais (Tabela 6). Nas duas categorias de salários médios mais altos não é desprezível a proporção de vínculos de emprego com remuneração inferior a 1,5 salários mínimos, mas é muito maior a proporção de vínculos de emprego com remuneração superior a cinco salários mínimos. Já nas outras duas categorias, a proporção de vínculos de emprego com remuneração acima de cinco salários mínimos é insignificante somente na de menor salário médio, mas é muito maior a proporção de vínculos de emprego com remuneração menor do que três salários mínimos.

Tabela 6

Distribuição dos salários das categorias de subgrupo principal em dezembro de 2013

Faixas de salário mínimo	A	B	C	D	Total
Até 1,5	10,0	13,7	25,4	43,8	31,5
1,51 a 3,00	20,0	29,1	39,5	40,4	36,6
3,01 a 5,00	19,3	23,8	18,0	7,9	13,8
5,01 a 10,00	24,1	20,6	10,1	2,8	9,2
10,01 a 20,00	15,0	8,0	2,9	0,5	3,6
20,01 ou mais	8,8	2,0	0,6	0,1	1,3
Não classificados	2,7	2,8	3,5	4,6	3,9
Total	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS-TEM. Elaboração própria.

Tabela 7

Participação das categorias de subgrupo principal nas faixas de salário mínimo em dezembro de 2013

Grupo	Até 1,5	1,51 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 20,00	20,01 ou mais	Total
A	3,2	5,5	14,1	26,6	42,3	66,3	10,1
B	5,7	10,4	22,6	29,4	29,3	19,3	13,1
C	21,4	28,6	34,7	29,0	21,4	11,3	26,5
D	69,7	55,4	28,6	15,0	7,0	3,0	50,2
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS-TEM. Elaboração própria.

A quantidade total de vínculos de emprego das duas categorias de baixos salários médios é muito maior do que a das duas categorias de altos salários médios, dessa maneira a participação das categorias de baixos salários médios na geração de vínculos de emprego de alta remuneração se apresenta maior do que a participação das categorias de altos salários médios na geração de vínculos de emprego de baixa remuneração (Tabela 7). Porém, a maioria dos vínculos de emprego das faixas de remuneração acima de cinco salários mínimos é gerada nas duas categorias de maiores salários médios e a maioria dos vínculos de emprego das faixas de remuneração inferior a cinco salários mínimos é gerada nas duas categorias de baixos salários médios.

As diferenças de salários medianos entre as categorias de subgrupos principais são grandes, mas bem menores do que as diferenças de salários médios (Tabela 8). A diferença proporcional entre média e mediana é tanto maior quanto maior o nível salarial da categoria de subgrupos principais. Isto indica que o grau de assimetria da distribuição de salários é muito grande em todas as categorias de subgrupos principais, o que se confirma na elevada proporção de vínculos de emprego com remuneração inferior à média que, em dezembro de 2013, foi de 57,4% na categoria de menor salário médio e de aproximadamente 65% em cada uma das outras categorias de subgrupos principais. Ao reunir todos os empregos RAIS, a assimetria da distribuição dos salários é maior do que em cada uma das categorias, pois 69,5% dos empregos têm remunerações inferiores à média. A dispersão relativa dos salários, por sua vez, é tanto maior quanto maior o nível salarial da categoria de subgrupos principais, como indica o coeficiente de variação, ou seja, a relação entre o desvio padrão e a média dos salários. O coeficiente de variação também é bem

maior na totalidade dos empregos da RAIS do que em cada uma das categorias separadamente, inclusive naquela de maior salário médio. Assim, apesar da enorme dispersão salarial dentro de cada uma delas, as categorias de subgrupos principais, definidas em função do salário médio, proporcionam uma síntese bastante razoável das diferenças de salários dos empregos da RAIS e podem ajudar na avaliação da intensa ampliação desses empregos durante a aceleração e desaceleração do crescimento com inclusão social.

Tabela 8

Indicadores de posição, dispersão e assimetria da distribuição de salários das categorias de subgrupo principal em dezembro de 2013

	A	B	C	D	Total
Média ¹	8,01	4,80	3,06	1,91	3,21
Mediana ¹	4,93	3,49	2,37	1,65	2,18
Coeficiente de variação	1,21	1,05	1,07	0,87	1,42
Proporção de vínculos com remuneração inferior à média	63,8	64,2	65,4	57,4	69,5
Relação entre média e mediana	1,625	1,375	1,291	1,158	1,472

1. em salários mínimos

Fonte: RAIS-TEM. Elaboração própria.

O crescimento com inclusão social não modificou substancialmente a distribuição dos empregos RAIS por categoria de subgrupos principais (Tabela 9). No período 2003-2008 o crescimento dos empregos da categoria B foi menos intenso do que nas demais categorias e no período 2008-2013 a desaceleração do crescimento do emprego foi muito menor na categoria A do que nas outras categorias. A desaceleração do crescimento do emprego formal foi muito forte nas duas categorias de menores salários médios e isso está relacionado com o desempenho da Indústria de Transformação, setor em que, como será visto, tem pouco mais da metade dos empregos formais gerados em ocupações da categoria D e cerca de 30% da categoria C. A forte desaceleração do emprego formal da Indústria de Transformação foi determinante da forte desaceleração do crescimento do emprego formal das categorias D e C. Considerando o conjunto do período 2003-2013, o aumento da participação da categoria de maior salário médio na geração de empregos da RAIS ocorreu à custa de pequena redução na participação das categorias intermediárias, B e C,

mantendo-se em aproximadamente 50% a participação da categoria de menor salário médio.

Tabela 9
Distribuição dos empregos RAIS por categoria de subgrupo principal.
Brasil - 2003, 2008 e 2013

Grupo	2003	2008	2013	Variação (%)	
				2003-2008	2008-2013
A	8,7	8,9	10,0	39,7	37,8
B	14,7	13,6	13,5	26,3	21,6
C	27,2	27,3	26,7	36,2	19,8
D	49,5	50,2	49,5	37,9	21,5
Total	100	100	100	35,9	22,5

Utilizados estoques dos meses de setembro dos anos selecionados.

Fonte: RAIS-TEM. Elaboração própria.

Ou seja, a elevada participação das ocupações mais mal remuneradas é uma característica da estrutura dos empregos formais no Brasil que, como mencionado, em grande medida responde pela enorme assimetria da distribuição de salários dos empregos formais. Este fato não foi basicamente alterado pelo crescimento com inclusão social, mas é um exagero concluir que o crescimento com inclusão social gerou apenas empregos formais mal remunerados e que a melhora na distribuição dos salários exprime somente o intenso aumento do poder de compra do salário mínimo.

Efetivamente, no Brasil é muito alta a participação da categoria D e muito baixa a da categoria A. Isto não foi modificado pelo crescimento com inclusão social. Na categoria A estão as ocupações de direção e as profissões de nível superior de educação. A participação relativamente pequena da categoria A na geração de emprego formal no Brasil pode ser atribuída ao nível relativamente baixo de desenvolvimento da economia associado a uma renda per capita próxima da média mundial, mas muito menor do que a existente nos países desenvolvidos, em que é bem maior a participação das ocupações da categoria A na geração de emprego formal.

Na categoria D, destacam-se no Brasil as ocupações de serviços, vendas, funções transversais, atendimento ao público bem como ocupações da agropecuária, e das indústrias extrativa e da construção civil, têxtil, curtimento de couros e peles, vestuário, calçados e artes gráficas. Em países com maior

grau de desenvolvimento econômico e maior renda per capita, especialmente na época em que tiveram melhor regulação do trabalho e distribuição de renda, algumas dessas ocupações, especialmente aquelas que decorrem da produção de bens manufaturados, tinham remunerações menos dispersas e tendência central mais próxima da média geral. Essas ocupações, que no Brasil fazem parte da categoria D, em países mais desenvolvidos, faziam parte da categoria C e não da categoria D. Já na categoria C destacam-se, no Brasil, escriturários, metalúrgicos, professores com nível médio de educação e técnicos da área de saúde. Em países mais desenvolvidos e com maior renda per capita na época em que tinham melhor regulação do trabalho e distribuição de renda, algumas dessas ocupações, especialmente as decorrentes da produção de bens manufaturados, tinham remunerações também menos dispersas e mais próximas, ou mesmo algo maior, do que a média geral. Por esse motivo, nos países com maior desenvolvimento algumas dessas ocupações faziam parte da categoria B e não da C.

Assim, por contraste com o verificado no Brasil, em países mais desenvolvidos e com maior renda per capita, a composição ocupacional das categorias D, C e B eram diferentes, bem como suas participações no emprego total e as diferenças de salários dentro e entre as categorias. A relevância de uma melhor estruturação do trabalho assalariado manual na produção de bens, promovida pela regulação pública – em que se destacaram os sindicatos e a contratação coletiva do trabalho –, para a distribuição pessoal da renda, pode ser evidenciada por um exercício simples puramente hipotético.

No Brasil, as ocupações manuais de extração mineral, indústria de transformação e construção civil representam cerca de 20% dos empregos formais das categorias D e C. A hipótese desses trabalhadores serem mais organizados, impondo pisos salariais de suas ocupações maiores em relação à média geral dos salários do emprego formal do país, como teria sucedido nos países desenvolvidos na época em que tinham melhor regulação do trabalho e distribuição da renda, faria a dispersão salarial naquelas ocupações ser muito menor e o salário médio situaria essas ocupações em categorias de níveis salariais médios maiores, C em vez de D e B em vez de C.

O deslocamento dessas ocupações manuais de extração mineral, indústria de transformação e construção civil, para categorias de salários médios maiores, aumentaria a participação no emprego formal total da categoria B (de 14% para 20%) e da categoria C (de 27% para 31%),

diminuindo a participação da categoria D (de 50% para 40%). Ou seja, a participação conjunta das duas categorias de salários médios de nível intermediário (C e B) aumentaria de 41% para 51%, contribuindo para diminuir significativamente o grau de assimetria da distribuição de salários da totalidade do emprego formal.

O exercício hipotético anterior sugere que uma melhor regulação do trabalho, estruturando ocupacionalmente o trabalho manual na produção de bens, alteraria substancialmente a distribuição dos salários do emprego formal. A participação no emprego total da categoria D seria menor e principalmente as das categorias C e B seriam maiores. A participação da categoria A reflete menos as características da regulação do trabalho e mais o nível de desenvolvimento da economia e da renda *per capita*. O nível salarial médio global seria maior com a melhor regulação do trabalho e as dispersões de salários dentro das categorias seriam menores. As categorias ocupacionais sintetizariam melhor as diferenças de salários do emprego formal, traduzindo não apenas o tipo de emprego gerado pela atividade econômica, mas também o caráter mais estruturado do trabalho assalariado manual na produção de bens, decorrente da melhor regulação do trabalho.

Assim, a alta participação do conjunto das categorias D e C no Brasil não reflete somente o tipo de ocupação gerada pela economia brasileira, mas também os efeitos da deficiente regulação do trabalho no país. A regulação do trabalho não se mostrou suficiente para impedir remunerações muito baixas e elevada dispersão salarial em muitas ocupações que, em países com melhor regulação do trabalho e distribuição de renda, têm remunerações de maior nível e menor dispersão.

A análise do que ocorreu com os salários entre e dentro das categorias de subgrupos principais nos dois períodos proporciona elementos para entender os efeitos de fatores institucionais e do desempenho da economia sobre a evolução dos salários do emprego formal. O intenso aumento do valor do salário mínimo, entretanto, não foi o único fator institucional com efeitos importantes na evolução dos salários do emprego formal. Outro fator institucional a destacar está relacionado com os reajustes salariais negociados pelas categorias profissionais. Com o avanço do crescimento com inclusão social, os reajustes das categorias profissionais se tornaram, em crescente proporção, maiores do que a inflação (dados do DIEESE citados por Krein e Manzano 2014). Os ganhos de poder de compra decorrentes das negociações

coletivas das categorias profissionais tornaram-se cada vez mais frequentes e tenderam a ser mais expressivos, embora menores do que o aumento do valor do salário mínimo. Porém, em conformidade com a regra que foi estabelecida para reajustar seu nível nominal, a intensidade do aumento do poder de compra do salário mínimo foi menor no período de desaceleração do que no da aceleração do crescimento com inclusão social, diminuindo as diferenças entre os reajustes dos salários das categorias profissionais e do salário mínimo.

No crescimento com inclusão social, o poder de compra do salário mínimo aumentou 34,7%, entre 2003 e 2008, e 23,9%, entre 2008 e 2013. Em nenhuma categoria de subgrupos principais o aumento do poder de compra da mediana dos salários foi tão intenso como o aumento do salário mínimo em 2003-2008, e somente na categoria D, de menor salário médio, o aumento de poder de compra da mediana dos salários foi semelhante ao do salário mínimo, em 2008-2013 (Tabela 10).

Em todas as quatro categorias de subgrupos principais as medianas dos salários são bem maiores do que o salário mínimo e a repercussão do aumento no valor do salário mínimo é maior nos salários do emprego formal próximos do salário mínimo, sendo bem menor sua influência nos salários muito maiores do que o salário mínimo. Mesmo na categoria D, a mediana dos salários é bem maior do que o salário mínimo, passando de dois salários mínimos em 2003, para 1,7 salários mínimos em 2008 e mantendo esse patamar em 2013.

Portanto, foi relativamente pequena a influência direta do salário mínimo sobre as medianas dos salários dos subgrupos principais, tendo sido mais importantes os efeitos de outro fator institucional, os reajustamentos de salários das negociações coletivas das categorias profissionais. Com crescente frequência, os reajustamentos de salários das categorias profissionais se tornaram maiores do que a inflação e diminuiu a diferença entre os reajustamentos das categorias profissionais e do salário mínimo, com a desaceleração do PIB e do emprego formal e o aumento da inflação.

Além disso, como foi muito intenso o aumento do emprego formal, a mediana dos salários mostrou-se muito sensível aos níveis de remuneração dos empregos criados. Uma geração desproporcional de empregos formais menor do que a mediana prejudicou a evolução da mediana dos salários da categoria A, que apresentou o maior aumento de emprego e o menor aumento de salário mediano, tanto no período de crescimento acelerado (2003-2008), quanto no de desaceleração (2008-2013). Por sua vez, a categoria D teve forte aumento de

emprego e aumento relativamente pequeno de salário mediano em 2003-2008, mas a intensa desaceleração do crescimento do emprego nessa categoria foi acompanhada de forte aumento do salário mediano, em 2008-2013, semelhante ao aumento do salário mínimo. Confirmando também a relação inversa entre crescimento do emprego e aumento do salário mediano, a categoria B, entre 2003 e 2008, mostrou intenso aumento de salário mediano e crescimento do emprego relativamente pequeno.

A categoria C é a única que fugiu à regra da relação inversa das intensidades de crescimento do emprego e do salário mediano. Nessa categoria, entre 2003 e 2008, aumentaram fortemente tanto o emprego como o salário mediano e a desaceleração do crescimento do emprego foi acompanhada de menor aumento da mediana dos salários. Contribuiu para essa especificidade da categoria C o fato dos subgrupos principais Transformação de Metal e Reparação e Manutenção Mecânica, que têm medianas de salários relativamente altas, terem mostrado intenso aumento de emprego formal entre 2003 e 2008, desacelerarem fortemente o crescimento do emprego entre 2008 e 2013, ao mesmo tempo em que os subgrupos principais Técnicos em Saúde e Mecanização Agrícola, que têm medianas de salários relativamente baixas, não desaceleraram tão fortemente o crescimento do emprego entre 2008 e 2013.

Assim, os maiores aumentos de poder de compra das medianas dos salários ocorreram nas categorias B e C, entre 2003 e 2008, e na categoria D, entre 2008 e 2013. O aumento de poder de compra da mediana dos salários foi relativamente pequeno na categoria A, de maior salário médio, nos dois períodos. Em todo caso, o poder de compra da mediana dos salários da categoria A, em 2013, foi 21,2% maior do que em 2003, equivalendo a um aumento médio anual não desprezível de 1,9%, mas exatamente a metade do ritmo de aumento do poder de compra da mediana dos salários do total dos empregos da RAIS. Deste modo, a categoria de maior salário médio, que foi a que mais contribuiu para a geração de empregos formais em todo o período de crescimento com inclusão social, teve o menor aumento de poder de compra, tanto na aceleração como na desaceleração do crescimento com inclusão social. Não obstante, em 2013, a mediana dos salários da categoria A foi três vezes maior do que a da categoria D, mas essa proporção atingia 3,4 vezes em 2003.

Tabela 10

Evolução do poder de compra do salário mínimo e das medianas de salários das categorias de subgrupo principal, 2003, 2008 e 2013

Ano	A	B	C	D	Total	Salário Mínimo
2003-2008	14,1	19,6	20,3	13,6	20,2	34,7
2008-2013	6,2	16,6	17,0	22,4	21,1	24,0
2003-2013	21,2	39,4	40,8	39,1	45,6	67,0

* utilizados estoques dos meses de dezembro dos anos selecionados

Fonte: RAIS-TEM. Elaboração própria.

Nota-se, então, que as diferenças de níveis salariais das categorias de subgrupos principais diminuíram no crescimento com inclusão social, embora não deixassem de ser muito grandes. O desvio padrão das medianas dos salários das categorias de subgrupos principais passou de 92,6% da média aritmética dessas medianas, em 2003, para 89,9%, em 2008, e 79,6%, em 2013. Assim, a diminuição das diferenças de níveis salariais entre as categorias foram mais intensas entre 2008 e 2013 do que entre 2003 e 2008, apesar da diminuição na intensidade tanto do crescimento do PIB e da geração de empregos, como do aumento no valor do salário mínimo, indicando a importância não somente da intensidade, mas, também, da continuidade do crescimento da economia para o avanço em termos de uma melhor estruturação do mercado de trabalho assalariado.

No crescimento com inclusão social, o aumento do valor do salário mínimo e os ganhos de poder de compra dos salários no processo de negociação coletiva de reajustes das categorias profissionais não foram suficientes para deslocar subgrupos principais para categorias de maiores salários médios, contribuindo para que a categoria D, de salário médio muito baixo, continuasse a responder por metade dos empregos da RAIS no final do período 2003-2013.

Como visto anteriormente, no entanto, o menor aumento do poder de compra da mediana dos salários da categoria A, nos dois períodos, e os maiores aumentos de poder de compra das medianas dos salários das categorias B e C, entre 2003 e 2008, e da categoria D, entre 2008 e 2013, diminuíram as diferenças de níveis salariais das categorias de subgrupos principais, principalmente no período de desaceleração do crescimento com inclusão social.

Quanto às diferenças de salários dentro das categorias ocupacionais, mais claramente entre 2008 e 2013 do que entre 2003 e 2008, houve uma diminuição nos graus de assimetria e de dispersão relativa (Tabela 11). A diminuição no grau de assimetria aparece no aumento maior da mediana do que da média e também na redução da proporção de empregos com remunerações menores do que a média. Já a diminuição na dispersão relativa dos salários aparece na redução do coeficiente de variação.

Tabela 11

Evolução da assimetria e da dispersão nas categorias de subgrupo principal, 2003, 2008 e 2013

	Ano	A	B	C	D	Total
Média sobre mediana	2003	1,638	1,457	1,452	1,167	1,644
	2008	1,640	1,434	1,347	1,174	1,552
	2013	1,625	1,375	1,291	1,158	1,472
Proporção abaixo da média	2003	67,4	65,2	66,3	60,1	72,2
	2008	68,5	66,0	66,3	58,2	72,4
	2013	63,8	64,2	65,4	57,4	69,5
Coeficiente de variação	2003	1,29	1,18	1,24	0,99	1,57
	2008	1,29	1,12	1,19	0,95	1,55
	2013	1,21	1,05	1,07	0,87	1,42

Fonte: RAIS-TEM. Elaboração própria.

As mudanças no formato da distribuição dos salários dentro das categorias de subgrupos principais, junto com as modificações na composição do emprego por categoria e nas diferenças de níveis salariais entre elas, provocaram redução nos graus de assimetria e dispersão relativa dos salários do total dos empregos da RAIS, mudanças que foram especialmente marcantes no período de desaceleração do crescimento com inclusão social entre 2008-2013. O desvio padrão dos salários de todos os empregos da RAIS diminuiu de um valor 157% maior do que a média em 2003, para 155% em 2008 e 142% em 2013. Já a proporção de empregos com remunerações menores do que a média passou de 72,2% em 2003, para 72,4% em 2008 e 69,5% em 2013.

É significativo que numa expressiva desaceleração do crescimento do PIB (4,8% ao ano entre 2003 e 2008 e 2,6% entre 2008 e 2013) tenha se aprofundado a redução da assimetria e dispersão relativa da distribuição dos salários dos empregos RAIS. A formalização da atividade econômica continuou e a desaceleração do crescimento do emprego RAIS foi bem menor do que a do PIB (6,3% ao ano entre 2003 e 2008 e 4,1% entre 2008 e 2013). Já o aumento do poder de compra das menores remunerações do emprego RAIS continuou expressivo, mas perdeu intensidade com a diminuição no ritmo de aumento do valor do salário mínimo (6,1% ao ano entre 2003 e 2008 e 4,4% entre 2008 e 2013), ainda que o aumento do poder de compra dos salários médio e mediano não tenha perdido vigor com a desaceleração do crescimento da economia. O salário mediano dos empregos RAIS aumentou 3,7% ao ano, entre 2003 e 2008, e 3,9%, entre 2008 e 2013, enquanto o poder de compra do salário médio aumentou 2,6% ao ano no primeiro período e 2,8% no segundo.

A composição do emprego formal por categorias de subgrupos principais varia entre os setores de atividade e são grandes as diferenças de salários médios entre setores para as mesmas categorias ocupacionais. Quanto à composição do emprego por categoria ocupacional, a predominância da categoria D ocorre na maioria dos setores de atividade (Tabela 12). Como mencionado, a categoria D no Brasil inclui grupos de ocupações que em países mais desenvolvidos e com melhor regulação do trabalho e distribuição de renda estariam na categoria C, de salário médio mais próximo da média geral de salários do emprego formal. Assim, em 2013, mais de 3/4 dos empregos formais foram gerados em subgrupos ocupacionais da categoria D nos setores Alojamento e Alimentação, Limpeza Urbana, Esgoto e Atividades Relacionadas, Agropecuária e Pesca e Serviços Sociais e Pessoais. A participação da categoria D é também muito elevada (no entorno de 2/3) em setores como Construção Civil, Comércio e Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos, Transporte Armazenagem e Comunicação e Atividades Imobiliárias, Alugueis e Serviços Prestados às Empresas. Mesmo em setores como Indústria Extrativa e Indústria de Transformação, a participação da categoria D é muito elevada, semelhante a do total do emprego RAIS, cerca de 50%.

Tabela 12

Composição do emprego por categoria ocupacional nos setores de atividade¹,
vínculos de setembro em 2003, 2008 e 2013

Setor de Atividade ²	Grupo A			Grupo B			Grupo C			Grupo D		
	2003	2008	2013	2003	2008	2013	2003	2008	2013	2003	2008	2013
Agropecuária e pesca ³	2,0	2,2	2,9	1,2	1,2	1,5	10,0	11,7	15,5	86,8	84,9	80,1
Indústrias extrativas	6,6	13,6	12,7	16,8	19,8	20,6	20,9	19,5	21,5	55,7	47,1	45,3
Indústrias de transformação	4,7	4,8	5,7	11,6	11,3	12,3	29,4	30,8	31,8	54,3	53,2	50,2
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	16,4	18,8	16,8	21,3	17,2	19,7	47,6	50,3	49,7	14,6	13,7	13,8
Construção	3,5	3,4	3,6	6,0	6,1	6,9	20,1	19,0	19,8	70,3	71,5	69,6
Comércio e reparação ⁴	8,2	8,2	8,4	5,7	5,4	5,1	20,6	21,1	21,0	65,6	65,3	65,4
Alojamento e alimentação	6,1	6,0	6,9	1,6	1,2	1,2	6,8	6,4	6,8	85,5	86,4	85,2
Transporte, armazenagem e comunicações	5,2	5,4	6,1	7,7	7,9	8,7	21,0	21,3	21,4	66,1	65,4	63,8
Serviços financeiros ⁵	31,5	26,0	29,8	10,1	10,3	8,0	51,3	55,2	53,8	7,1	8,4	8,4
Atividades imobiliárias e serviços às empresas ⁶	6,5	7,7	9,8	8,4	8,5	8,7	22,0	20,2	19,6	63,2	63,6	62,0
Administração pública, defesa e seguridade social	13,6	14,6	16,7	30,0	28,4	29,2	35,9	36,0	33,4	20,4	20,9	20,7
Educação	5,6	6,3	7,4	50,3	49,1	47,6	27,9	29,5	30,9	16,1	15,1	14,1
Saúde e serviços sociais	13,9	16,3	18,1	5,9	4,6	3,7	42,5	43,8	45,8	37,6	35,3	32,4
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas ⁷	3,2	2,8	3,1	2,8	2,5	3,7	10,4	10,0	11,2	83,6	84,7	82,0
Atividades associativas ⁷	9,5	10,6	12,5	15,9	13,3	12,8	30,7	34,4	34,6	43,9	41,8	40,1
Atividades recreativas, culturais e desportivas ⁷	10,4	12,0	15,1	16,3	16,0	16,8	27,6	29,4	27,9	45,6	42,7	40,2
Serviços sociais e pessoais ⁷	5,5	4,3	5,1	4,6	3,3	2,5	14,5	13,1	15,4	75,4	79,2	77,0
Outros ⁸	4,8	4,5	13,8	3,6	4,2	4,0	8,0	12,2	23,8	83,6	79,1	58,5
Total	8,7	8,9	10,0	14,7	13,6	13,5	27,2	27,3	26,7	49,5	50,2	49,8

1. Grupo A: alta renda média; grupo B: média alta renda média; grupo C: média baixa renda média; grupo D: baixa renda média.

2. Utilizado CNAE 95 Seção.

3. O Setor de atividade “Agropecuária e Pesca” é a agregação dos setores “Agricultura, pecuária, silvicultura e extração florestal” e “Pesca”.

4. “Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos”

5. “Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados”

6. “Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas”

7. Os Setores de atividade “Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas”; “Atividades associativas”; “Atividades recreativas, culturais e desportivas”; e “Serviços sociais e pessoais” são a desagregação do setor

“Outros serviços coletivos sociais e pessoais, conforme CNAE 95 Divisão.

8. O Setor de atividade “Outros” agrega os setores “Serviços domésticos”, “Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais” e a categoria “Não classificados”.

* Para efeito de comparação, no ano de 2013, a categoria ocupacional “Profissionais da gastronomia” foi agregada à categoria “Trabalhadores dos serviços”, e a categoria “Trabalhadores do artesanato” foi agregada à categoria “Trabalhadores da indústria têxtil, do curtimento e vestuário”.

Fonte: RAIS - MTE. Elaboração própria.

Ou seja, a maioria dos empregos formais que a atividade econômica gera no Brasil ocorre em subgrupos principais de salários médios menores do que a média geral dos empregos RAIS. O tipo de ocupação dos empregos gerados é então importante na explicação das razões pelas quais 69,5% do total de empregos da RAIS, em 2013, tinham remunerações menores do que a média e somente 30,5% auferiam remunerações maiores do que a média geral, pois 76,5% dos empregos foram gerados em ocupações com salários médios menores que a média geral (categorias D e C) e somente 23,5% foram gerados em ocupações com salários médios maiores que a média geral (categorias B e A). A predominância de empregos das categorias D e C é uma característica da maioria das atividades econômicas no Brasil. De fato, somente em Indústria Extrativa, Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água, Intermediação Financeira, Seguros, Previdência Complementar e Serviços Relacionados, Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Educação Não Pública e Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas mais de 1/4 dos empregos formais são gerados por subgrupos principais com salários médios maiores do que a média geral dos empregos RAIS (categorias B e A).

O crescimento com inclusão social não modificou substancialmente a composição dos empregos formais por categorias de subgrupos principais dos setores de atividade. A participação dos empregos gerados nas duas categorias de subgrupos principais de salários médios maiores do que a média geral dos empregos RAIS (categorias A e B) aumentou significativamente somente em Indústria Extrativa e em Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas. Porém, o fato das ocupações das categorias D e C predominarem na geração de empregos formais do crescimento com inclusão social reflete menos a natureza das atividades que se expandiram naquele crescimento e mais a permanência nas categorias D e C de ocupações que em uma melhor regulação do trabalho e distribuição de renda estariam em categorias de maiores salário médio (C em vez de D e B em vez de C).

Além da composição de empregos por categoria ocupacional ser diferente conforme o setor de atividade, são também grandes as diferenças setoriais de salários médios para a mesma categoria ocupacional (Tabela 13). Assim, por exemplo, o salário médio da categoria A, em 2013, equivaleu a oito salários mínimos, mas a média salarial da categoria A variou de 20,8 salários mínimos na Indústria Extrativa para 2,8 salários mínimos nos Serviços Pessoais. Relativamente ao salário médio da categoria, o desvio padrão dos salários médios setoriais foi mais alto nas categorias A e C e mais baixo nas categorias B e D (Tabela 14).

Tabela 13

Salário médio das categorias ocupacionais por setores de atividade em números de salários mínimos, dezembro de 2013

	A	B	C	D	Total
Agricultura e pesca	5,9	3,6	2,7	1,6	1,9
Indústria extrativa	20,8	11,8	4,8	3,7	7,8
Indústria de transformação	11,3	4,9	3,1	2,0	3,3
Produção e distribuição de eletricidade, água e gás	15,5	8,8	5,5	3,6	7,6
Construção	9,7	4,3	2,8	2,1	2,7
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	5,1	3,1	2,0	1,8	2,2
Alojamento e alimentação	3,1	2,4	1,8	1,5	1,6
Transporte, armazenagem e comunicações	9,8	4,4	2,9	2,3	3,1
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	11	5,0	6,6	2,6	7,4
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	8,5	3,8	2,4	1,8	2,7
Administração Pública, defesa e seguridade social	8,1	5,0	3,7	2,4	4,6
Educação	8,0	5,7	2,8	1,9	4,4
Saúde e serviços sociais	6,8	3,2	2,4	1,6	3,0
Limpeza urbana e esgoto e atividades relacionadas	8,4	4,2	2,9	1,9	2,3
Atividades associativas	6,2	3,4	2,2	1,6	2,6
Atividades recreativas, culturais e desportivas	4,9	4,5	3,1	1,6	3,0
Serviços sociais e pessoais	2,8	2,1	1,7	1,4	1,6
Outros	6,6	4,3	3,0	1,7	2,8
Total	8,0	4,8	3,1	1,9	3,2

Fonte: RAIS - MTE. Elaboração própria.

Tabela 14

Coefficientes de variação dos salários médios setoriais por categorias de subgrupos principais – 2003, 2008 e 2013

Grupo	2003	2008	2013
A	0,372	0,358	0,295
B	0,283	0,249	0,214
C	0,311	0,307	0,308
D	0,162	0,163	0,154

Fonte: RAIS - MTE. Elaboração própria.

No crescimento com inclusão social houve diminuição no coeficiente de variação dos salários médios setoriais nas categorias A e B, enquanto nas categorias C e D o coeficiente de variação não se modificou. Chama atenção a magnitude elevada do desvio padrão dos salários médios setoriais da Categoria C que, relativamente ao salário médio da categoria, é maior do que na categoria B e a diferença aumentou no crescimento com inclusão social. Como sugerido anteriormente, o contraste da estrutura salarial do Brasil com a de países com melhor regulação do trabalho e distribuição de renda indica que a continuação da melhora na regulação do trabalho e na distribuição de renda envolveria o deslocamento de ocupações entre os grupos D, C e B. Deslocamentos deste tipo tenderiam a diminuir o coeficiente de variação dos salários médios setoriais da categoria C. Atualmente, algumas ocupações da categoria C já têm remunerações relativamente elevadas em alguns setores de atividade. A imposição de piso salarial mais elevado nessas ocupações elevaria a média e diminuiria a dispersão setorial, deslocando essas ocupações da categoria C para a categoria B.

Na categoria C, os salários médios são elevados nos setores de Finanças, Produção e Distribuição de Eletricidade, Água e Gás e na Indústria Extrativa, onde é elevada a concentração da atividade nas grandes empresas. A maior parte do emprego da categoria C, entretanto, ocorre nos setores Administração Pública (25,1%), Indústria de Transformação (19,7%), Comércio e Reparação (14,7%), Atividades Imobiliárias e Serviços para Empresas (9,1%), Saúde e Serviços Sociais Não Públicos (6,9%). Outros setores, com participação não desprezível no emprego de ocupações da categoria C, são Produção e Distribuição de Eletricidade, Água e Gás (4,5%), Transporte, Armazenagem e Comunicação (4,4%), Educação Não Pública (4,3%) e Serviços Financeiros (3,4%).

Na categoria D, os salários médios são também relativamente elevados nos setores de Indústria Extrativa, Produção e Distribuição de Eletricidade, Água e Gás e Serviços Financeiros, superando a média geral da categoria imediatamente superior. A maior parte do emprego da categoria D, entretanto, ocorre em Comércio e Reparação (24,6%), Indústria de Transformação (16,6%), Atividades Imobiliárias e Serviços para Empresas (15,4%), Construção Civil (8,5%), Administração Pública (8,4%), Transporte, Armazenagem e Comunicação (7%), Alojamento e Alimentação (6,2%) e Agropecuária e Pesca (5,4%).

Confirmando o peso atual da grande empresa na determinação dos níveis dos salários e a debilidade ainda existente na regulação pública do trabalho, na categoria A também se destacam salários médios de setores como Indústria Extrativa, Produção e Distribuição de Eletricidade, Água e Gás e Serviços Financeiros, mas o emprego em ocupações desta categoria é gerado principalmente em Administração Pública (33,5%), Comércio e Reparação (15,7%), Atividades Imobiliárias e Serviços para Empresas (12%), Indústria de Transformação (9,3%), Saúde e Serviços Sociais Não Públicos (7,3%), Serviços Financeiros (5,1%) e Transporte, Armazenagem e Comunicações (3,4%).

Embora ainda tenha muito por avançar em termos de desenvolvimento da economia e aperfeiçoamento da regulação do trabalho, para assim continuar melhorando a distribuição de renda do trabalho, ampliando a participação da categoria A (dirigentes e profissionais de nível superior) na geração de empregos e deslocando ocupações entre as categorias D, C e B, o aumento do valor do salário mínimo e os reajustes salariais das categorias profissionais acima da inflação, sem modificar significativamente a composição do emprego por categoria ocupacional, elevaram o nível (média e principalmente mediana) e reduziram a dispersão em relação à média salarial, dentro e entre as categorias ocupacionais. Essa diminuição nas diferenças de salários foi suficiente para modificar o perfil ocupacional das faixas de salários da distribuição do emprego RAIS, especialmente nas faixas de salários superiores a três salários mínimos (Tabela 15). Uma modificação mais substantiva da distribuição dos salários do emprego formal exigiria modificação da distribuição do emprego formal por categoria ocupacional, relacionada não somente com mudanças na composição das atividades da economia e na composição das ocupações, mas também com aperfeiçoamentos na regulação do trabalho que levariam a deslocamentos de ocupações entre as categorias ocupacionais.

Tabela 15
Participação das categorias ocupacionais por faixa de salário mínimo (%)

Categorias	Total			Até 1,5 SM			1,51 a 3 SM			3,01 a 5 SM			5,01 a 10 SM			10,01 a 20 SM			Mais de 20,00 SM		
	2003	2008	2013	2003	2008	2013	2003	2008	2013	2003	2008	2013	2003	2008	2013	2003	2008	2013	2003	2008	2013
A	8,7	8,9	10,1	3,4	2,9	3,2	4,0	4,6	3,5	7,6	10,8	14,1	16,6	21,8	26,6	32,0	36,5	42,3	53,8	59,1	66,3
B	14,4	13,4	13,1	6,4	5,9	5,7	9,5	10,3	10,4	20,5	21,1	22,6	28,1	29,4	29,4	33,7	32,3	29,3	24,4	22,7	19,3
C	27,4	27,2	26,5	20,4	20,7	21,4	26,1	28,1	28,6	34,8	38,3	34,7	36,5	33,0	29,0	27,4	24,0	21,4	17,5	14,2	11,3
D	49,5	50,5	50,2	69,8	70,6	69,7	60,4	57,0	55,4	37,1	29,8	28,6	18,9	15,9	15,0	8,9	7,2	7,0	4,3	4,0	3,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS - MTE. Elaboração própria.

Nas duas faixas de salários inferiores a três salários mínimos se mantém a predominância das categorias C e principalmente D, com mais de 80% do emprego formal com este nível de remuneração. Na faixa de três a cinco salários mínimos, aumentou ligeiramente a participação conjunta das categorias C e B, de 55% para 57%, mas a participação conjunta de D e C diminuiu, de 72% para 63%, e a de B e A aumentou de 28% para 37%. Na faixa de cinco a dez salários mínimos, a participação conjunta das categorias B e A aumentou de 45% para 56%, e nas outras duas faixas de maior remuneração, se consolidou a predominância dessas categorias de maiores salários médios, ao passar de 64% para 72%, na faixa de dez a vinte salários mínimos, e de 78% para 86% na faixa de mais de vinte salários mínimos.

As mudanças no perfil por categoria ocupacional das faixas de remuneração da distribuição do emprego formal tornaram mais clara a influência da composição do emprego por categoria ocupacional sobre a distribuição de salários, traduzindo o avanço em termos de estruturação do mercado de trabalho durante o crescimento com inclusão social. Foi fundamental para esse resultado o aumento no valor do salário mínimo e os reajustes salariais das categorias profissionais acima da inflação, que ajudaram a elevar o nível e reduzir a dispersão e assimetria da distribuição de salários, diminuindo as diferenças entre e dentro das categorias ocupacionais. Não obstante, a proporção de empregos formais de ocupações das duas categorias de salários médios menores que a média geral continuou muito elevada, traduzindo o fato de que algumas dessas ocupações terem permanecido nessas categorias em vez de se deslocarem para categorias de salários médios maiores, onde se situam em países desenvolvidos, assim configuradas quando tiveram melhor regulação do trabalho e apresentaram distribuição de renda com menor assimetria e desigualdade.

Conclusão

No crescimento com inclusão social, a ampliação das oportunidades para ocupar a população na atividade econômica não foi desproporcional ao crescimento do PIB e houve aumento não desprezível do valor agregado por pessoa ocupada. A taxa de investimento aumentou, mas não ultrapassou patamar limitado e houve vazamento de efeitos dinâmicos da demanda efetiva através da importação de bens de uso intermediário e de capital, continuando a diminuição da densidade das cadeias domésticas de produção, fenômeno que vinha ocorrendo desde a década de 1990. O aumento do PIB foi modesto (média

de 3,5% nos 10 anos, variando de 4,8% entre 2003 e 2008 e 2,6% entre 2008 e 2013), e dada a taxa de investimento relativamente baixa, foi pequeno o aumento da produtividade, mas o valor agregado por trabalhador foi beneficiado pela melhora dos termos de troca no comércio com outros países, especialmente pela elevação dos preços das commodities em relação aos preços de produtos manufaturados.

No crescimento com inclusão social, a renda média do trabalho aumentou e as diferenças de renda entre os trabalhadores diminuíram. A renda média do trabalho aumentou mais do que o valor agregado por trabalhador, ampliando a participação do trabalho na renda nacional. A participação do trabalho na renda nacional, entretanto, estava muito baixa em 2003, em decorrência do ocorrido na economia brasileira depois da crise da Ásia em 1997. O PIB não chegou a diminuir entre 1997 e 2003, mas a ocupação ampliou-se muito pouco frente ao aumento da PEA e a taxa de desemprego tornou-se muito elevada. Ao mesmo tempo, a inflação aumentou com sucessivas desvalorizações da moeda nacional, diminuindo fortemente o poder de compra da renda média do trabalho que em 2003 era muito menor do que em 1998. Por este motivo, embora tenha aumentado significativamente desde 2005, no final do crescimento com inclusão social, a participação do trabalho na renda nacional não chegou a ser muito maior do que tinha sido antes da crise asiática perturbar o desempenho da economia brasileira. Assim, como mostra o gráfico 8 do capítulo deste livro que trata da política social (A política social e os limites do experimento desenvolvimentista – André Calixtre e Eduardo Fagnani), a participação dos salários na renda nacional situava-se próxima de 42,5% quando a crise da Ásia abalou o desempenho da economia brasileira. A parcela dos salários na renda diminuiu desde então, alcançando 39,3% em 2004, quando passou a aumentar, atingindo 43,5% em 2014. Desde 2004, entretanto, a renda total apropriada pelo trabalho por conta própria aumentou menos do que o total dos salários, de modo que a participação do total da renda do trabalho na renda nacional não deve ser muito maior antes da recessão, que começou em 2015, do que o verificado antes da crise da Ásia.

Assim, no crescimento com inclusão social a massa total de rendas do trabalho não ficou muito elevada em comparação com a renda nacional, mas sua distribuição entre os trabalhadores modificou-se expressivamente. A participação dos empregados formais na renda total do trabalho aumentou significativamente e não tanto devido ao aumento do salário médio, mas por causa da intensidade do aumento do emprego formal. O aumento do número

total de pessoas ocupadas, entretanto, foi muito menor do que o do emprego formal e não foi desproporcional ao crescimento do PIB, tendo havido aumento não desprezível do PIB por pessoa ocupada. A população ocupada total cresceu no ritmo da PIA, que vem diminuindo com o crescimento mais lento da população total. Não obstante, diante de um crescimento mais lento da PEA, devido a uma diminuição da taxa de participação, a ampliação do total de oportunidades para ocupar as pessoas foi suficiente para diminuir tanto a taxa de desemprego quanto a participação na ocupação das pessoas do trabalho por conta própria e do emprego sem contrato de trabalho devidamente formalizado.

Para o intenso aumento do emprego formal foi fundamental a formalização da atividade econômica, especialmente em setores onde a atividade é menos formalizada. A maneira como ocorreu o crescimento com inclusão social, entretanto, teve implicações desfavoráveis ao aumento do PIB por pessoa ocupada devido à formalização das atividades da economia. A maneira como ocorreu o crescimento com inclusão social comportou a valorização da moeda nacional e esta afetou diferentemente a dinâmica do emprego e do valor agregado conforme a produção doméstica compete ou não com a de outros países. A produção que não concorre com a de outros países aumentou intensamente o emprego e o valor agregado e foi beneficiada pelo aumento dos preços relativos de seus produtos, enquanto que a produção que compete com a de outros países adaptou-se à moeda valorizada através da importação de bens de uso intermediário tecnologicamente mais sofisticados, resultando em aumento mais expressivo do emprego do que do valor agregado, como mostra o capítulo deste livro que trata do desempenho recente da indústria no Brasil (Desempenho recente de indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais – Fernando Sarti e Célio Hiratuka).

As implicações da maneira como ocorreu o crescimento com inclusão social sobre a evolução do PIB por pessoa ocupada e sobre a composição do emprego não impediram que ocorresse sensível modificação no formato da distribuição de salários do emprego formal. O forte aumento do valor do salário mínimo, bem como os reajustes nominais de salários das categorias profissionais maiores do que a inflação elevaram os níveis salariais e reduziram a dispersão relativa à média e a assimetria da distribuição de salários do emprego formal. Em consequência, o salário médio aumentou mais do que o desvio padrão, mas menos do que a mediana e diminuiu a proporção de empregados formais com remunerações menores do que o salário médio.

Uma classificação das ocupações com base no salário médio dos subgrupos principais da CBO no final do crescimento com inclusão social ajudou a mostrar a importância e também as limitações do avanço que se observou na estruturação do trabalho assalariado no Brasil, em termos de melhora na regulação do trabalho e suas repercussões na distribuição da renda. A melhora na regulação do trabalho é dificultada pelas implicações desfavoráveis para as relações de trabalho das modificações na organização da produção que vem ocorrendo com a reestruturação do capitalismo mundial, após a década de 1970.

Não houve modificação substantiva na distribuição do emprego formal segundo categorias de subgrupos principais, definidas pelo salário médio no final do crescimento com inclusão social. A ausência dessas mudanças não deixa de ser uma indicação do tipo de ocupação gerada pelo crescimento com inclusão social, porém, deve fazer parte da explicação para tal ausência significativa no perfil da distribuição do emprego formal as limitações no avanço da regulação do trabalho. Em particular, houve pequeno aumento na participação da categoria de maior salário médio no total do emprego formal, participação que continua muito pequena em comparação com a dos países desenvolvidos, onde é melhor a distribuição de renda. Não obstante, o crescimento com inclusão social não deixou de ampliar, e em ritmo muito forte, as ocupações de dirigentes e profissionais de nível superior que, segundo a renda média, formam a categoria A de ocupações. O aumento do salário médio dessas ocupações foi relativamente pequeno, mas é possível que a renda desses empregados tenha apresentado melhor desempenho relativo devido a um maior peso de compensações que não são consideradas salários, como participação em lucro e resultados (PLR).

A participação da categoria de subgrupos principais de menor salário médio continuou muito alta no final do crescimento com inclusão social. Isso indica o tipo gerado de ocupação por esse crescimento, mas também os efeitos da debilidade na regulação do trabalho, que continua elevada, dificultando possíveis deslocamentos de tipos de ocupações que, no Brasil, se localizam na categoria D, e, em países desenvolvidos, se localizariam na categoria C e, ao mesmo tempo, não deslocando tipos de ocupações da categoria C para a categoria B.

Os efeitos da debilidade da regulação do trabalho sobre o formato da distribuição de salários permanecem muito fortes desde a industrialização do

país. Devido às condições sociais e políticas em que a industrialização ocorreu, os trabalhadores de ocupações manuais de atividades importantes para o desenvolvimento da economia, mas que também estão presentes em outras atividades, não conseguiram estruturar essas ocupações, impondo pisos salariais condizentes com a importância daquelas atividades. O país construiu um avançado sistema público de proteção mínima aos trabalhadores, em termos de direitos individuais, mas a dinâmica das relações patrões-empregados não construiu um sistema de relações de trabalho que permitisse aos trabalhadores estruturar as ocupações manuais, fixando pisos salariais que garantissem a grupos mais amplos de trabalhadores salários próximos da média geral. Assim, ao contrário de outras experiências em que a contratação coletiva permitiu essa estruturação das ocupações manuais, no Brasil as ocupações de atividades importantes para a economia resultaram em ocupações com salários médios relativamente baixos e alta dispersão. Dependendo do peso das outras atividades no emprego nessas ocupações, no Brasil também prevaleceu uma elevada assimetria na distribuição desses salários.

Em 1980, como consequência da industrialização, as amplas diversificação e integração da economia brasileira contrastavam com a enorme desigualdade da distribuição de renda. Isso não se modificou com a democracia. Nos anos 1980, o movimento sindical revigorou, mas toda sua energia voltou-se para a defesa do poder de compra geral dos salários diante da elevada inflação. A abertura comercial e financeira dos anos 1990 e o desmantelamento do aparelho de estado voltado para o desenvolvimento da economia, dificultaram ainda mais a reconfiguração do sistema de relações de trabalho, necessária para uma melhor estruturação das ocupações de modo a ampliar os grupos de trabalhadores com salários próximos à média geral.

A continuação da presença de muitas ocupações manuais típicas da indústria nas categorias D e C traduz a dificuldade de alterar um sistema de relações de trabalho já consolidado e fazê-lo na direção de estruturar as ocupações manuais, para que, então, grupos amplos de trabalhadores nessas ocupações possam ter salários próximos à média geral. Tal dificuldade se amplifica nas condições do capitalismo contemporâneo, onde a organização da produção vem se adaptando à instabilidade da atividade econômica, própria desse capitalismo financeirizado, com implicações contrárias à estruturação das ocupações com pisos salariais condizentes com as principais atividades da economia. E sem essas alterações no sistema de relações de trabalho fica difícil

modificar mais substancialmente a distribuição de salários, de modo a elevar ainda mais o seu nível médio e diminuir a dispersão e a assimetria.

Os aumentos do valor do salário mínimo e os reajustes salariais das categorias profissionais acima da inflação, entretanto, diminuíram a dispersão relativa à média e a assimetria da distribuição de salários em todas as categorias ocupacionais. Houve diminuição das diferenças de salários entre e dentro das categorias e essas mudanças modificaram os perfis, por categoria ocupacional, das faixas de salários do emprego formal, especialmente as de remunerações média e alta, tornando mais claras as influências das categorias na distribuição de salários do emprego formal, traduzindo uma melhora na estruturação do trabalho assalariado no país, apesar das limitações no avanço em termos de regulação do trabalho.

As diferenças setoriais de composição do emprego formal por categoria ocupacional são grandes, mas também são expressivas as diferenças de salários médios por setor para as mesmas categorias ocupacionais, indicando que tem muito terreno para avançar em termos de regulação e estruturação do trabalho assalariado. Continuam muito grandes as influências sobre o salário do emprego formal de fatores como setor de atividade, tamanho de estabelecimento e de empresa, região e tipo de empregador. Houve redução na dispersão dos salários médios setoriais nas categorias A e B, mas nota-se resistência à queda na dispersão de salários médios setoriais da categoria C, sinalizando dificuldades de avanço na regulação e estruturação do trabalho assalariado.

A análise da evolução do emprego formal no crescimento com inclusão social mostra que há muito que percorrer em termos de regulação e estruturação do trabalho assalariado no Brasil. A desaceleração desse crescimento não interrompeu esse processo de estruturação do trabalho assalariado. Pelo contrário, as modificações nas diferenças de renda do trabalho se aprofundaram na desaceleração do crescimento com inclusão social. É importante, entretanto, dar continuidade a esse crescimento, em um quadro mundial já não favorável de boom de commodities e alta liquidez internacional. Para tanto, é necessário aumentar a taxa de investimento, desenvolver a infraestrutura e fortalecer a competitividade da indústria manufatureira doméstica, compensando com maior aumento da produtividade a interrupção da melhora nos termos de troca do comércio com outros países. As dificuldades para aumentar a taxa de investimento e manter o crescimento com inclusão social denunciam a força

das implicações desfavoráveis da crise mundial e as debilidades da acumulação de capital no Brasil, que se tornaram maiores depois da abertura da economia e do desmantelamento do aparelho estatal de promoção do desenvolvimento econômico nos anos 1990. Essas debilidades decorrem da perda de instrumentos à disposição do poder público para estimular o investimento, necessários para viabilizar o atendimento da ampliação da demanda de bens e serviços decorrente da continuação e aprofundamento do crescimento com inclusão social, a partir da elevação dos níveis e diminuição da dispersão relativa e da assimetria da distribuição de salários.

Referências bibliográficas

BALTAR, P.; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 29, n. 85, 2015.

MEDEIROS, C. A. de. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: Ipea, 2015.

KREIN J. D.; MANZANO M. P. *Notas sobre a formalização: estudo de caso Brasil*. Brasília: OIT, 2014.

SABOIA, J. Elasticidades dos rendimentos do trabalho em relação ao salário mínimo. *Economia e Sociedade*, Campinas v. 19, n. 2, ago. 2010.

SOUZA CAMPOS, G. C. *O emprego formal no Brasil dos anos 2000: um estudo da Relação Anual de Informações Sociais (2003-2013)*. Dissertação (Mestrado)–Unicamp, Campinas, 2016.